

## **Empreendedorismo Social Promovendo a Inserção Cidadã de Famílias de Baixa Renda: o Caso da Fundesol/CE - Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária.**

Francisco Antônio Barbosa Vidal<sup>1</sup>  
Iracema Quintino Faria<sup>2</sup>  
Maria Vilma Coelho Moreira<sup>3</sup>

### **Resumo**

O processo incremental de exclusão social requer ações efetivas de desenvolvimento que empodere comunidades e que promova a auto-sustentação das mesmas. Os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico neoliberal dominante. O objetivo da presente pesquisa foi analisar a experiência de empreendedorismo social desenvolvida pela FUNDESOL, uma organização da sociedade civil de interesse público que atua na área do desenvolvimento local e sob a égide da economia solidária, na comunidade do Grande Bom Jardim (região sudoeste de Fortaleza), a partir da formação de redes interinstitucionais locais e do empoderamento dos pequenos empreendedores informais. Verificou-se que a ação de empreendedorismo social desenvolvida pela Fundesol possibilitou o surgimento de empreendimentos populares individuais ou familiares através do crédito solidário e da assistência técnica ofertada por sistemas de incubação social, potencializando vocações econômicas locais, gerando trabalho e renda para famílias de baixa renda, excluídas socialmente.

### **Introdução**

“O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. História é gente. E descobrir e reinventar gente são a grande obra da cultura”. Betinho

Um princípio emergente de um novo consenso de concepção de mundo pós-consenso de Washington faz-se necessário, diante do processo incremental de exclusão social em nosso planeta. O modelo econômico hegemônico de globalização amplia o debate sobre os pressupostos sociais e políticos que têm orientado o desenvolvimento das nações do terceiro mundo nas últimas décadas. Uma sociedade progride efetivamente quando os indicadores-chaves, tais como expectativa de vida das pessoas, qualidade de vida e desenvolvimento de seu potencial apresentam melhorias.(KLIKSBERG, 2001)

A integração mundial, por meio da globalização, gera efeitos paradoxais: exclusão social, protecionismo, ações em rede anti-hegemônicas e fortalecimento local com potencialização de vocações. Com a emergência de experiências efetivas de desenvolvimento social a partir do “empoderamento comunitário” e balizadas por redes sociais locais, o sistema

---

<sup>1</sup> CMA/UNIFOR/FA7 – Curso de Mestrado em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza, Faculdade 7 de Setembro

<sup>2</sup> CMA/UNIFOR/FA7 – Curso de Mestrado em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza, Faculdade 7 de Setembro

<sup>3</sup> CMA/UNIFOR/FA7 – Curso de Mestrado em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza, Faculdade 7 de Setembro

capitalista pós-industrial está passando por mudanças silenciosas em sua estrutura. Os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico neoliberal dominante.

Os espaços locais participam e atuam desse processo a partir de uma base social, cultural e política local. Os diversos atores do mercado, do Estado e da sociedade civil passam a influenciar e interagir nesse processo de forma muito mais articulada e interdependente, pois eles precisam estar atentos para as dinâmicas locais, nacionais e globais. O conceito de desenvolvimento local, que ganha espaço nos últimos anos, pode ser entendido como o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população. (FRANCO, 2000)

Fortaleza, cidade localizada no Nordeste do Brasil, caracteriza-se por ser um “local cosmopolita” e com altíssima concentração de renda. As desigualdades sociais são imensas e as políticas públicas atuais de desenvolvimento social e econômico não têm gerado resultados satisfatórios. O objetivo da presente pesquisa é analisar a experiência de empreendedorismo social desenvolvida pela FUNDESOL, sob a égide do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) e da economia solidária, na comunidade do Grande Bom Jardim (região sudoeste de Fortaleza), a partir da formação solidária de redes interinstitucionais locais e do empoderamento dos pequenos empreendimentos informais. A pesquisa que se caracteriza como qualitativa é do tipo exploratória, a fim de possibilitar, através de dados obtidos, a formulação de novos pressupostos para pesquisas futuras. No que se refere ao modos de investigação que Bruyne (1991:223) define “como meios de abordagem do real, possibilitando a fixação do quadro instrumental da apreensão dos dados”, a pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo de caso.

A captação de dados deu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com técnicos da Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL), do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza- Entidade Parceira (CDVHS), dos (as) empreendedores usuários (as) das linhas de crédito solidário bem como de análise documental da memória organizacional da instituição investigada. A FUNDESOL em parceria com o CDVHS implementaram estratégias interorganizacionais de desenvolvimento social, visando à melhoria da qualidade de vida dos 175 mil habitantes da comunidade do Grande Bom Jardim, envolvendo os bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho. A relevância do trabalho é analisar a experiência local de empreendedorismo social na área de geração de trabalho e renda e da formação de redes solidárias de desenvolvimento local, identificando a dinâmica organizacional da cooperação entre as pessoas em uma comunidade que objetiva a sustentabilidade e inclusão social.

## **1. Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local**

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. É fator incontestável na sociedade pós-industrial, a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que diminua o grande “*gap*” existente entre ricos e pobres. Sen (2000:9) comenta que há um paradoxo emergente na humanidade: “as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos,

entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes”.

O novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira bastante simplificada: “Desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)” (FRANCO, 2000:36).

Vale destacar a idéia de que desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual, isto é, desenvolvimento com redução de desigualdades, com inclusão social. Isso supõe a articulação de diversos fatores econômicos e extra-econômicos, como conhecimento e poder, além de renda e riqueza. A dinamização do desenvolvimento econômico, quando desvinculada de processos de conhecimento e poder, resulta, quase sempre, em concentração de renda e riqueza, combinada com exclusão social (DE PAULA, 2001).

Tais fatores remetem diretamente às noções de capital social (poder) e capital humano (conhecimento). Segundo Kliksberg (2001), o capital social transformou-se, no final de século XX e início de século XXI, numa categoria fundamental nas análises sobre o desenvolvimento, sendo demonstrado seu peso nos resultados macroeconômicos, na estabilidade política e no desenvolvimento social. Por sua vez, a promoção do capital humano aparece também como um ponto central de um modelo renovado de desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001).

Diante deste contexto, o Estado, apesar de necessário, imprescindível e fundamental, é tido como insuficiente para aportar energias novas a fim de expandir e ampliar a mobilização dos mais diversos recursos, e o mercado, com sua lógica instrumental excludente, também não podem liderar o processo de desenvolvimento sustentável. Apenas a sociedade civil organizada, por intermédio das organizações do chamado *terceiro setor*, em articulação sinérgica com o Estado e as atividades lucrativas do mercado, pode possibilitar a ampliação do espaço público e conjugar esforços.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem incluir políticas sociais, com a participação da sociedade organizada, e, por conseguinte, a mobilização articulada das diversas agências e agentes de desenvolvimento, no sentido não só de fomentar o desenvolvimento econômico, mas também o aporte de capital social, ainda incipiente em nossa sociedade, tendo em vista seu desenvolvimento político-econômico-social.

Melo Neto e Froes (2002) apresentam o empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável. Para os autores, muda-se o foco do negócio, que tem nas empresas, sobretudo nas grandes transnacionais e nas grandes instituições financeiras, o seu principal eixo de atuação, para o negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco, e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado. Para os autores citados, a comunidade auto-sustentável será viabilizada através do fomento de ações empreendedoras de cunho social e de novas estratégias de inserção social e de sustentabilidade. Uma comunidade “empoderada” é terreno fértil para a criação, o gerenciamento e o desenvolvimento de empreendimentos. Portanto, as ações de empoderamento proporcionam uma base econômica capaz de assegurar o surgimento de novos empreendimentos, bem como sua sustentabilidade. A base social garante a solidariedade, o que viabiliza o surgimento de empreendimentos cooperativos, em um processo de transformação da sociedade que se caracteriza pela presença dos seguintes elementos (MELO NETO e FROES, 2002:41):

- a) Aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio;
- b) Maior consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento;
- c) Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto-estima;

- d) Participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais;
- e) Sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura;
- f) Estímulo ao surgimento de novas idéias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento;
- g) Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais;
- h) Inclusão social da comunidade;
- i) Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Para os autores, surge uma nova lógica que amplia a visão restrita de um empreendedorismo capitalista excludente que gera ocupação e renda com dignidade para poucos. O sistema de exploração ainda existe, mas há uma nova corrente social que potencializa os empreendimentos populares a partir de vocações locais e da articulação comunitária de forma cooperada.

O economista Shumpeter (1983:60) associou o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico e mostrou como as ações inovadoras podem introduzir descontinuidades cíclicas na economia. Para o autor, os papéis centrais do empreendedor passaram, então, a fixar-se em três bases: a inovação, o assumir riscos e a permanente exposição da economia ao estado de desequilíbrio, rompendo-se a cada momento paradigmas que se encontravam estabelecidos.

O empreendedor é o agente do processo de destruição criativa, que é o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, constantemente criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados e, implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros. ( SHUMPETER apud DEGEN, 1989:1).

O autor citado acima reproduz um discurso hegemônico e que favorece um grupo minoritário de pessoas. Manter em marcha o motor capitalista da exclusão é o propósito desta corrente do pensamento sobre o empreendedorismo. A retórica da destruição criativa não coaduna com a realidade das pessoas que têm fome e que precisam de trabalho e renda para viver dignamente. A resignificação do empreendedorismo na perspectiva da inclusão social deve analisar o processo sócio-histórico das comunidades que serão beneficiadas por programas de desenvolvimento local que potencializarão vocações econômicas, facilitando o empoderamento de seus integrantes.

Em 1987, o Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial para o Desenvolvimento das Nações Unidas, apresentou a noção de que é possível produzir sem destruir o meio ambiente, garantindo para isso, condições mínimas de equidade social. Esse documento foi a base para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, conceito que foi traduzido em ações e ganhou consenso internacional na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Rio 92 – na forma da Agenda 21.

De acordo com Franco (2000), a globalização vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de setores e de localidades. Para o autor, essa nova ordem sócio-econômica requer uma visão de desenvolvimento local que posicione espaços socioterritoriais delimitados em face do mercado globalizado. O desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais e despertar suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Seus balizadores são: capacitação para a gestão, diagnóstico e planejamento participativos, cooperação, fomento ao empreendedorismo, articulação da oferta pública de

Excluído: .

programas com a demanda social da localidade e criação de uma nova institucionalidade participativa (FRANCO, 2000).

O debate se amplia e chega-se ao tripé que apóia o desenvolvimento local, integrado e sustentável (DLIS): o meio ambiente, a equidade social e a eficiência econômica, sendo também colocada a importância das dinâmicas locais e da participação da comunidade em questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Tendo como um de seus princípios fundamentais a ação organizada da sociedade, o desenvolvimento local, integrado e sustentável apresenta como premissas o conceito de **Capital Social, Humano e Produtivo**. O capital social seria o potencial de atuação da sociedade concebido em suas diversas formas de associativismo; o capital humano é o estoque de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades de uma determinada comunidade, e o capital produtivo constitui-se dos recursos tangíveis e intangíveis, capazes de gerar riquezas e de possibilitar a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para as pessoas de uma comunidade (FRANCO, 2000).

Uma das estratégias de planejamento e gestão compartilhada que mais têm se difundido no país, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, é uma estratégia de indução de desenvolvimento local, fundamentando sua ação em aspectos como (DE PAULA, 2001):

- a) a participação organizada da comunidade local;
- b) a capacitação continuada para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- c) a oferta articulada e convergente de investimentos governamentais e não-governamentais;
- d) a difusão da cultura empreendedora e o apoio ao empreendedorismo local;
- e) a oferta adequada de crédito para micro e pequenos empreendedores através de instrumentos de crédito produtivo popular (microcrédito).

## 2. Economia Solidária e Redes Sociais

Para Santos (2002), a globalização neoliberal está sendo confrontada pela globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. A “outra globalização”, denominada pelo autor é constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Na visão de Giddens (1998), programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitam uma participação mais democrática, além de serem mais eficazes. Na visão do autor, a formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em localidades de baixa renda.

Os anos 90 do século XX deixam claro que a degeneração do tecido social é a face dramática de uma reestruturação global da economia em curso há três décadas, decorrente da reconversão tecnológica e produtiva do capitalismo deste final de século e do reordenamento internacional dos mercados e dos grandes agentes e pólos econômicos (ANTUNES, 1995). Com a aplicação da informática à automação industrial e a gama de inovações na organização do trabalho, o crescimento industrial já não gera uma ampliação significativa na oferta de postos de trabalho. Fenômenos como a reengenharia, a terceirização e a disseminação do trabalho temporário ou em domicílio são componentes de uma quebra na estrutura

ocupacional, com efeitos imediatos sobre as carreiras, a qualificação e as chances de inserção sócio-profissional. O conhecimento e a formação intelectual passam a ser requisitos indispensáveis para o ingresso no mercado. A geração de empregos, quando ocorre, vem acompanhada de uma profunda segmentação, que reserva à maioria dos trabalhadores condições precárias de trabalho, a que se somam as incertezas quanto às políticas de proteção dos trabalhadores e, no país, as enormes deficiências da escolarização básica e da formação para o trabalho.

Na perspectiva do aglomerado social e do cooperativismo revolucionário, a economia solidária surge como um novo marco das relações sócio-econômicas do tecido comunitário, local e em rede. A socioeconomia solidária é uma tipologia de organização social e de desenvolvimento local que se expande em diferentes comunidades. Para Singer (2000:317), a economia de comunhão é “aquela que segue o caminho da cooperatividade, da eficiência sistêmica em vez de eficiência apenas individual”.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como: “uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (RAZETO, 1993:40).

Arruda (1996:27) apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Nesse texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional (...) e nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia” (ARRUDA, 1996:4).

Singer e Souza (2000:323) definem os elementos-chave da sócio-economia:

- a) autogestão para a solidariedade;
- b) o fortalecimento das iniciativas econômicas cooperativadas e associativas;
- c) o desenvolvimento de redes de apoio mútuo, de intercâmbios diversos;
- d) a criação de formas alternativas de crédito e poupança;
- e) o desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas por meio de pesquisas e técnicas cada vez mais adequadas à satisfação das necessidades e aspirações humanas;
- f) o desenvolvimento da capacidade de identificação dos potenciais e dos limites da natureza e o condicionamento do crescimento econômico a tais limites;
- g) a criação de novos espaços sociais através da constituição de Conselhos, Assembléias e Fóruns permanentes.

Um outro aspecto da economia da solidariedade é a articulação interinstitucional, através da constituição de parcerias - a tendência que induz a formação de associações para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da co-evolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro

passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam – eles co-evoluem (CAPRA, 1997).

Por outro lado, o conceito de rede veio a ganhar uma dimensão mais profunda, como chave interpretativa de grandes tendências do processo histórico em curso. Nessa direção, vem sendo apontada a expansão penetrante das redes como a nova morfologia social das nossas sociedades, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), a diversidade, uma pluralidade de componentes realmente divergentes, só pode manter-se coerente em uma rede. Nenhum outro esquema – cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo – consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo. E, diferentemente de cadeias lineares de causa e efeito, as relações entre os componentes de uma rede envolvem múltiplos laços de realimentação (CAPRA, 1997), como se fossem agentes e re-agentes, a ponto de perder sentido a idéia de origem e destino, emissão e recepção. Para Melo Neto e Froes (2002:82), a importância da tecnologia de formação de redes locais está nos seguintes aspectos:

- a) cria novas interações entre as pessoas, fortalecendo laços de amizade, familiares e novas opções de trabalho e recreação;
- b) ajuda a moldar as práticas e valores individuais, grupais e coletivos, aguçando a percepção e a visão social das pessoas;
- c) conecta indivíduos, grupos, regiões e organizações;
- d) ajuda a construir novas formas de convivência;
- e) contribui para a superação de problemas sociais através da definição coletiva de objetivos, articulação de pessoas e instituições;
- f) disponibiliza “saberes distintos” e os coloca a serviço do interesse coletivo;
- g) constrói vínculos mais fortes e consistentes entre as pessoas, grupos e instituições;
- h) promove acordos de cooperação e alianças;
- i) cria e amplia alternativas de ação.

O binômio concentração de poder/rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e no empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

### **3. Metodologia da Pesquisa**

O delineamento da pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório, com uso de fontes secundárias e primárias, com abordagem lógica dedutiva. O presente estudo foi realizado na FUNDESOL – Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária, envolvendo famílias beneficiadas pelos programas de crédito solidário implementados pela Instituição. A relevância do trabalho é analisar as ações de empreendedorismo social e a formação de redes solidárias de desenvolvimento local, promovidas pela FUNDESOL, identificando a dinâmica organizacional da cooperação entre as pessoas em uma comunidade que objetiva a sustentabilidade e inclusão social.

Quanto aos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, o estudo se desenvolveu num ambiente que preconizou a abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1992), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais, está voltada para um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a formação do marco referencial teórico e do estudo de caso centrado em uma única organização. A escolha dos sujeitos da pesquisa foi intencional em função da acessibilidade aos dados necessários. Como instrumentos de pesquisa, efetuou-se um exame da memória organizacional das ações de empreendedorismo social da instituição investigada e entrevistas semi-estruturadas com os técnicos da FUNDESOL e com os integrantes das famílias de baixa renda residentes no Grande Bom Jardim que foram beneficiados pelos projetos sociais. Utilizou-se também o conhecimento e a experiência acumulada de um dos autores no exercício de sua atividade como consultor na área social da organização pesquisada, como forma de auxiliar e aprofundar o conhecimento sobre o problema do estudo.

No tratamento dos dados coletados pela entrevista, utilizou-se o método de análise qualitativa do discurso (oral e escrito). Para Fairclough (2001), o discurso corresponde ao uso da linguagem como prática social, ao modo de ação, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, sendo também uma prática de representação e de significação do mundo. Os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas também são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas. A busca por um método de pesquisa que possibilitasse maior interação entre pesquisador, sujeito e objeto pesquisados, resultou na escolha da análise do discurso, como abordagem mais adequada ao desenvolvimento da investigação que se desejava empreender. As inferências interpretativas realizadas a partir dos repertórios das falas e dos documentos (memória organizacional da FUNDESOL referente ao ano 2003), possibilitaram elaborar o texto do estudo de caso e, verificar o quanto as idéias dos sujeitos aproximam-se dos enunciados teóricos.

#### **4. Estudo de Caso: Empreendedorismo e Inclusão Social – O Papel da FUNDESOL como Promotora do Desenvolvimento Local sob a Égide da Economia Solidária.**

Na região sudoeste de Fortaleza (Grande Bom Jardim), pessoas sem renda fixa têm cartão de crédito popular e adotam uma consciência de cooperação solidária. O Grande Bom Jardim é uma região que engloba cinco bairros (Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho), abriga uma população de 175.000 pessoas (Fonte: IBGE, 2000), carente de infra-estrutura e de equipamentos públicos. Os cartões são oferecidos pela Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol). A FUNDESOL é uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip), fundada em novembro de 2000, sob a articulação da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e, que presta assistência educacional, gerencial e financeira a pequenos empreendedores do Grande Bom Jardim, gerando uma estratégia de rede entre consumidores, produtores, fornecedores e entidades comunitárias. Por meio de uma política de finanças solidárias, estimula o consumo local, a criação e a ampliação de pequenas unidades de negócios solidários. A consultora de crédito da agência, Anaíde Néri, que acompanha parte dos 628 portadores dos cartões Credsol, afirma que *“os usuários costumam dizer que não precisam mais se humilhar ao comerciante, pedindo para comprar fiado. Já os comerciantes têm a segurança de que vão receber o pagamento em dia, da Fundesol”*.

Atualmente, o Credsol beneficia 105 comércios cadastrados pela FUNDESOL. Inicialmente, a Agência atendia somente a pessoas de baixa renda, agora, através do Credsol houve uma expansão da linha de cartões em dois sentidos: o Credsol Brilhante atende pessoas com renda superior a dois salários mínimos, contribuindo para a circulação de valores na região; e o Credsol Fome-Zero para pessoas sem renda alguma. Este último é uma doação feita pela Conferência Episcopal dos Bispos Italianos.

Com os cartões, as pessoas com baixo poder aquisitivo adiantam a compra de produtos essenciais para a família, enquanto buscam renda em trabalhos informais. Pequenos empreendedores, auxiliados pela linha de financiamentos da FUNDESOL, também tem no cartão um aliado para negociarem seus produtos. Para ter acesso aos cartões de crédito

solidários da FUNDESOL, a pessoa deve comprovar sua participação em uma organização social ou comunitária da região. O credenciamento não segue o rigor das administradoras comerciais de cartões de crédito. A FUNDESOL age com base numa relação de confiança através do vínculo do usuário com sua entidade comunitária e do relacionamento desta com a FUNDESOL. O fato do usuário estar cadastrado no serviço de proteção ao crédito (SPC) não é fator restritivo na obtenção do crédito desde que o empreendedor tenha um plano de negócio viável e uma boa referência de sua conduta na comunidade.

A premissa da atuação empreendedora da FUNDESOL é o desenvolvimento socioeconômico solidário (DSS). O objetivo do DSS é promover o acesso dos mais pobres ao mercado de trabalho e renda, garantindo o bem-viver individual e coletivo, estimulando cadeias produtivas solidárias e consumo responsável e ético. Para tanto é fundamental gerar oportunidades de financiamento para a criação e ampliação de pequenos empreendimentos econômicos, desenvolver tecnologias de produção e comercialização inovadoras, e oportunizar um processo de aprendizado de novos comportamentos, habilidades e competências para favorecer a gestão dos pequenos empreendimentos financiados. A socioeconomia solidária pressupõe a participação de todos os envolvidos no empreendimento para discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a organização e a produção do trabalho (prestação de serviços ou produção de bens), conduzindo a um outro patamar onde as pessoas não são mais apenas empregados (as) ou trabalhadores (as) assalariados, mas gestores (as) de seus empreendimentos. Nesse sentido a autogestão é um elemento fundamental para uma nova forma de organizar os processos de trabalho. O processo de autogestão não fica restrito às atividades econômicas e sim, desloca-se para as outras esferas e atividades que envolvem política, sociedade e cultura.

Um dos objetivos da FUNDESOL é criar redes de negócios e de aprendizagem na região do Grande Bom Jardim, na perspectiva das cadeias produtivas solidárias integrando consumidores, produtores, prestadores de serviços e entidades comunitárias, financiando pequenos negócios e o consumo solidário e oferecendo capacitação profissional e educação para a cidadania na lógica do compromisso social de toda a rede de colaboração solidária.

A metodologia utilizada pela FUNDESOL para promover o desenvolvimento socioeconômico solidário integra os seguintes passos:

Primeiro Passo – engajamento dos empreendedores, consumidores e entidades comunitárias. Todo o processo de criação de uma rede de colaboração solidária deve ser promovido com a efetiva participação de todas as pessoas envolvidas, desta forma é fundamental o pleno funcionamento dos grupos solidários, seminários de pesquisa-ação e do conselho gestor do cartão de crédito solidário, instrumentos estes vigentes na metodologia específica do trabalho da FUNDESOL.

Segundo Passo – identificar e atender a demanda local de consumo através de pesquisas quantitativas e levantamento das necessidades e desejos de consumo final (consumo familiar e pessoal – alimentação, vestuário, etc.) e produtivo (consumo de matéria-prima dos pequenos negócios – insumos para produção, comercialização, etc.), diversificando os tipos de linhas de financiamentos hoje vigentes na FUNDESOL. O fomento de empreendimentos individuais e coletivos faz-se necessário na região de uma forma articulada e na perspectiva desenvolvimentista da economia solidária.

Terceiro Passo – Investir em inovação e aprendizado. Desencadear um processo contínuo de aprendizagem é estratégico para a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos e funcionamento pleno da rede negócios. Desta forma a metodologia de incubação de pequenas empresas solidárias via o Galpão do Empreendedor e métodos vivenciais de aprendizagem proporciona a busca de maior qualidade, competitividade e produtividade. Fomentar a germinação de novas idéias de negócios e estimular a criatividade e inovação possibilitam o sucesso e crescimento de toda a cadeia produtiva solidária.

Quarto Passo – Criar Redes de Relacionamento. A confiança e a colaboração criativa será estimulada na medida em que modalidades de cooperação são implementadas. Desta forma, o Clube dos Empreendedores Solidários promove palestras, intercâmbio de experiências e bolsas de negócios, constituindo-se um espaço privilegiado para ampliar a capacidade de trabalhar em colaboração solidária.

Quinto Passo – Promover uma consciência e prática do consumo ético e solidário. O aprimoramento das linhas de financiamento da FUNDESOL a partir da demanda de consumo local e a remodelagem de cadeias produtivas solidárias criarão condições de desenvolver uma nova cultura de consumo, atraindo os consumidores a obterem nos pequenos empreendimentos locais a satisfação de seus desejos e necessidades. Além dessas estratégias serão estimuladas formas alternativas de comercialização como a Caravana da Economia e outras formas de agregação de valor aos produtos e serviços locais valorizados pela certificação e padronização com selos e etiquetas de garantia de qualidade. Todas essas ações possibilitarão o crescimento dos consumidores solidários que terão como instrumento de consumo o cartão de crédito solidário da FUNDESOL, hoje já em pleno funcionamento.

Sexto Passo – Aperfeiçoar a autogestão da rede de negócios e aprendizagem. O empoderamento dos empreendedores, consumidores, prestadores de serviços e lideranças comunitárias pressupõe a aprendizagem de habilidades e ferramentas de gestão do conhecimento. Investir na autogestão durante todas as fases referidas anteriormente é desenvolver um aprendizado contínuo de empoderamento e de sentido de pertença. Nesta etapa conclusiva do projeto, a potencialização da autogestão da rede de negócios e de aprendizagem é de extrema importância para a continuidade de estratégias de desenvolvimento socioeconômico do Grande Bom Jardim, integrando-se com a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na superação da pobreza e da miséria.

Para estimular a socioeconomia solidária a FUNDESOL, além de administrar os cartões de crédito, oferece empréstimos e desenvolve um acompanhamento continuado aos seus usuários através da Edusol (Escola de Socioeconomia Solidária). A Edusol promove cursos específicos sobre novos negócios, mediante parcerias com outras instituições, dentre elas a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará, com recursos do FAT(Fundo de Amparo ao Trabalhador). A Edusol também dá orientação sistemática aos empreendedores integrados à carteira de financiamentos e aos usuários dos cartões de crédito da FUNDESOL. O EDUSOL desenvolve uma metodologia de aprendizagem vivencial, voltada para a aprendizagem de adulto, exigindo a concepção de educação continuada. Portanto, divide-se em processos contínuos de aprendizagem através do curso de criação de novos negócios (etapa inicial) e oficinas de aprimoramento nas reuniões dos grupos solidários e seminários de pesquisa-ação. O conteúdo está organizado para atender às necessidades de aprendizagem dos pequenos empreendedores e grupos com destaque para: relações interpessoais, gerenciamento e planejamento.

Os moradores dos bairros Canindezinho, Siqueira, Granja Portugal, Granja Lisboa e Bom Jardim, podem acessar as linhas de crédito da FUNDESOL. Para liberar empréstimos, que variam entre R\$50 a R\$500, a FUNDESOL exige formação de grupos solidários com, no mínimo, seis empreendedores. É cobrada uma taxa administrativa de 3% a 5% ao mês, de acordo com a modalidade de empréstimo e não são cobrados juros. Havendo inadimplência, os grupos são reunidos para acionar o pagamento de uma taxa solidária para manter a eficiência do sistema. A relação de confiança é o critério base dos financiamentos. Essa relação é iniciada entre a FUNDESOL e as entidades comunitárias que convidam seus associados a buscarem uma renda alternativa na agência. Para chegar ao crédito, os empreendedores participam de um curso de criação de novos negócios, preenchem um questionário de 147 perguntas, expõem orçamento e plano de negócio do empreendimento e recebem em suas casas a visita de um consultor da FUNDESOL, que faz uma pesquisa

socioeconômica da família. A FUNDESOL mobiliza recursos de ordem de R\$100 mil oriundos de títulos de créditos solidários emitidos por cidadãos italianos, através da Associazione Tempos Novos. A administração da Agência e suas ações externas contam com o aporte técnico do projeto de desenvolvimento econômico da ONG CDVHS (Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza), apoiado pela Agência Internacional Cordaid e Desenvolvimento & Paz. A Cordaid é uma agência holandesa de cooperação internacional que financia os principais projetos do CDVHS e agora também da Fundesol.

No sentido de agilizar as atividades da socioeconomia solidária, a FUNDESOL está informatizando suas operações de microcrédito e automatizando seu funcionamento através do Programa DELOS. A implantação do software solidário está proporcionando maior eficiência e facilita auditorias contábeis internas e externas, dando maior transparência às ações da Fundesol. Com a nova ferramenta digital, a gestão da Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL) torna-se mais eficiente e transparente. O Delos controla dados contábeis e financeiros, mas seu principal diferencial é extrapolar o conceito de software fechado, evoluindo a partir das atualizações geradas pelas novas demandas da instituição. O programa mapeia todos os processos da FUNDESOL, que vão da capacitação ao acompanhamento dos grupos solidários de empreendedores. É constituído de cinco módulos integrados: o módulo geral, o módulo Edusol, o módulo Credsol, o módulo Microsol e o módulo contábil.

O próximo passo da Instituição será inserir o Delos na Internet para permitir aos gestores e aos seus financiadores a obtenção de informações precisas e atualizadas sobre as transações da Fundesol. A criação do programa envolveu o conhecimento da Oktiva, empresa cearense de tecnologia digital, e a experiência em socioeconomia solidária da FUNDESOL. O Delos resulta de uma parceria entre Oktiva, FUNDESOL e Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e pode ser adaptado para outras organizações de socioeconomia solidária.

A FUNDESOL orienta, promove e articula a socioeconomia solidária na região do Grande Bom Jardim e disponibiliza aos usuários as seguintes linhas de crédito:

**1) MICROSOL- Linha de financiamentos para grupos solidários (R\$50,00 a R\$500,00)**

- Crédito escalonado: os empreendedores criam escalas mensais de financiamento e devolução de empréstimos;
- Crédito integrado 30: os empreendedores recebem o financiamento de forma integrada e começam as devoluções a partir de 30 dias;
- Crédito integrado 60: os empreendedores recebem o financiamento de forma integrada e começam as devoluções a partir de 60 dias;
- Crédito Oportunidade I: Financia eventos para usuários dos cartões Credsol, com devolução de 70% após 24h e restante com sete dias;
- Crédito Oportunidade II – Financia eventos para usuários dos cartões Credsol, com devolução em 30 dias.

**2) CREDSOL – Linha de cartões de crédito solidários**

- Credsol: financia compras da população de baixa renda, oferecendo créditos mensais de R\$40 a R100;
- Credsol-Brilhante: dirigidos a setores da população de média renda, visando fortalecer a circulação de valores na região, com R\$300 de limite de crédito;
- Credsol Fome-Zero: doa R\$50 mensais para o combate à fome e estimula a inclusão de famílias em empreendimentos geradores de renda.

O cartão CRED SOL-Solidário, com fatura de R\$ 40 a R\$ 100 ao mês, oferece oportunidade de compra às pessoas de baixíssima renda, permitindo que os moradores pobres, como biscateiros, diaristas e pessoas sem emprego fixo consigam comprar o básico para a família durante o mês, enquanto geram sua renda mensal. O cartão CRED SOL-Brilhante é o cartão de crédito dirigido a setores da população de renda média, com fatura mensal de até R\$ 300, visando fidelizar as compras dessas pessoas no bairro. A outra face do cartão é estimular as vendas dos produtos de empreendedores financiados pela FUNDESOL e estimular uma economia sustentável e crescente na região. Atualmente, 628 usuários utilizam o cartão CRED SOL, que é aceito por 105 empreendimentos do bairro. Para se obter o cartão, o usuário precisa estar ligado a uma das 23 Associações Comunitárias que integram a rede de desenvolvimento local integrado e sustentável do Grande Bom Jardim. O CRED SOL é operacionalizado em parceria com uma rede de entidades comunitárias que mobilizam a comunidade local e credenciam seus associados interessados como consumidores. Tanto o consumidor, o pequeno empreendedor e a entidade comunitária participam de um processo de educação continuada abordando temas como compras coletivas, respeito à lei do consumidor e cidadania. Alguns relatos de usuários sobre benefícios do cartão CRED SOL são apresentados a seguir:

*“O uso melhorou o aumento da renda familiar e no consumo, aumentou minha auto-estima”  
Dona Irene, produtora de doces*

*“Compro geralmente alimentos com o cartão (...) sinto-me realizada por poder consumir no meu próprio nome, já que anteriormente só podia através de cheque que eu não tinha. Tenho independência para comprar. Melhorou a situação econômica como um todo. Contribui para o controle dos gastos”. Dona Gorete, moradora do Bom Jardim*

*“O cartão tem facilidade de troca, não exige coloca o nome da gente no spc e não tem burocracia. Compro alimentos com o cartão” Seu Paulino, vendedor ambulante de móveis*

*“Posso comprar o que preciso. O cartão facilita a compra a prazo. Sou bem atendida nos comércios por causa da confiança. Facilita a compra de alimentos e de remédios para cuidar da saúde de meus filhos” Dona Antonilda, moradora do Bom Jardim*

Percebe-se pelos depoimentos acima que a FUNDESOL, através de seu cartão solidário, propicia uma efetiva inclusão social através de uma ação inovadora de empreendedorismo solidário. É uma nova lógica de se pensar a economia, sem exploração e respeitando o direito humano econômico. Já o microcrédito solidário atendeu mais de trezentos pequenos empreendedores informais da região nos últimos dois anos. O Microsol vem financiando pequenos empreendimentos econômicos dos setores do serviço, produção e comércio, assim distribuídos por tipo de negócios: mercearias, supermercados e bodegas; confecção de roupas masculinas e femininas; serviços de beleza e higiene; produção de artesanato e sapataria; serviços de lanchonete, restaurantes e bares. A metodologia de concessão do crédito envolve a capacitação gerencial, a elaboração de um plano de negócios e a formação de grupos solidários, formados por seis pessoas, para a prestação de garantia. Os empreendedores financiados pela FUNDESOL recebem gratuitamente uma consultoria na área de gestão de negócios. Seguem abaixo, alguns depoimentos de empreendedores informais atendidos pela FUNDESOL:

*“Anteriormente meu negócio não era estruturado, depois do contato com a FUNDESOL houve um planejamento, a empresa passou a ser mais organizada, e tive conhecimento sobre gestão. A FUNDESOL auxilia bastante prestando consultoria. O financiamento abriu portas e ajudou na divulgação, permitindo a empresa estar numa vitrine, e as reuniões ajudam na troca de idéias e*

experiências. (...) É difícil transportar os produtos até o cliente. Tenho grande demanda, tornando difícil o deslocamento já que não tenho um transporte”. Seu Marcos, empreendedor de informal doces artesanais

“Meu negócio existe há aproximadamente quatro anos, sendo eu a única funcionária, e pude aumentar a produção depois do financiamento da FUNDESOL. Meus clientes são fiéis, e a forma de pagamento é sempre à vista. Sou eu que produzo as peças do início ao fim. (...)A empresa funciona na minha residência, sendo um local de pouco espaço, e não posso contratar outra pessoa para ajudar na produção. É complicado também para fabricar as etiquetas, pois o custo é alto; geralmente compro já confeccionadas. Procuro trabalhar com eficiência, melhorando sempre o produto. Preocupo-me em acompanhar as tendências (moda). Faço um preço competitivo. Não vendo só para o Grande Bom Jardim. Um ponto fraco é o pouco espaço do meu negócio(...). Sempre participo das reuniões, é onde acontecem muitas trocas de experiências e idéias” Dona Delia, empreendedora informal de confecção

“A situação do meu negócio não era muito boa, tinha que está todo tempo comprando do fornecedor para poder repor o estoque, agora compro em maior quantidade e assim dificilmente faltam produtos. Depois do financiamento minha clientela aumentou já que ofereço mais opções de produtos e marcas, além de auxiliar na divulgação do meu negócio. Agora passei a lucrar mais. (...)Mantenho meu comércio sempre aberto, inclusive no horário de almoço; preocupo bastante com a decoração da loja; faço promoções para fidelizar meu cliente e para vender aqueles produtos que estão perto do vencimento; depois do contato com a FUNDESOL passei a ter mais conhecimento; busco atender bem meu cliente. Tenho dificuldades de concluir a obra do meu ponto comercial e de não receber em dia dos meus clientes. Sempre vou às reuniões do grupo de empreendedores. A próxima acontecerá na minha casa e é bom porque há troca de experiências e de idéias.” Dona Maria do Livramento, empreendedora de um comércio de variedades

A FUNDESOL vem contabilizando através de suas ações resultados financeiros, mas também resultados sociais qualitativos significativos e relevantes:

- a) o surgimento de uma cultura solidária e de colaboração entre os pequenos empreendedores estimulando laços de confiança e união na superação de desafios;
- b) criação de uma dinâmica de grupo, desencadeando a superação da mentalidade do individualismo e a competição através da existência de grupos de conversas, seminários e ajuda mútua;
- c) melhoria da auto-estima das famílias pobres ao receberem a oportunidade de transformarem suas idéias em oportunidades de negócios que se sentem vitoriosos.

Uma outra grande ação solidária e empreendedora está sendo implementada pela Fundesol em parceria com o CDVHS: três linhas de crédito vão financiar 07 projetos de negócios desenvolvidos por jovens de 18 a 24 anos. Para acessar os financiamentos, os jovens se inscreveram, no final do segundo semestre de 2003, no Concurso Lázaro Ramos, uma homenagem da FUNDESOL e do CDVHS ao ator e empreendedor que começou sua carreira no Grupo de Teatro Olodum e hoje tem destacada atuação no cinema e na TV. O concurso oferece uma possibilidade dos jovens concretizarem idéias empreendedoras no campo da música, da arte, do esporte e da cultura, dentre outros, com sustentabilidade econômica.

A Fundesol está oferecendo três linhas de crédito. As “Tribos Solidárias” vai financiar projetos de associativismo e de cooperativismo. A linha “Empreendedorismo Social” vai apoiar projetos voltados ao desenvolvimento do bairro e dos trabalhos sociais da comunidade que abriga o projeto (Grande Bom Jardim). As duas linhas vão financiar projetos de até R\$10 mil. Já a terceira linha de crédito, chamada “Professor Pardal”, vem bancar projetos de até mil reais, ligados à arte, dança, esporte e cultura de forma geral, que possam ter auto-sustentabilidade econômica.

Na primeira fase da seleção, foram avaliados a ficha de inscrição e o formulário ‘Eu tenho uma idéia genial’ de quarenta e três jovens inscritos. Foram observados os critérios de originalidade do projeto, a dimensão da inserção social da iniciativa e a viabilidade. Num

segundo momento, trinta e duas idéias classificadas foram expostas pelos candidatos a uma comissão formada por representantes de empresas, meios de comunicação, universidades, governos, que estão escolhendo os projetos classificados para a terceira fase.

Os trinta e dois autores dos projetos selecionados passaram por um curso de 40 horas, ministrado pela Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (FUNDESOL). No curso, os jovens aprenderam a gerir o empreendimento do ponto de vista da gestão administrativa, da movimentação financeira, do gerenciamento de recursos, matéria-prima e mão-de-obra, além de verificar a viabilidade do projeto. Durante o curso, foi desenvolvido o plano de negócio, contemplando informações sobre a implementação, divulgação, custos e resultados previstos no projeto.

Os planos de negócio aprovados vão ser apresentados em uma feira de empreendedorismo solidário da juventude, a ser realizada em dezembro de 2004. As idéias que tiverem maior potencial vão receber os recursos. Os custos de devolução dos recursos vão seguir os critérios adotados pela FUNDESOL que estabelece uma taxa administrativa em torno de 3% ao mês. A carência vai ser discutida com os próprios participantes.

O projeto Crédito Jovem, que reúne as três linhas de crédito, é uma iniciativa do CDVHS e da FUNDESOL, com as parcerias do Instituto da Juventude Contemporânea e do Movimento Não-Violência. Os recursos para os investimentos vêm do apoio da Conferência Episcopal Italiana e da Associazione Tempos Novos (da Itália). O ator Lázaro Ramos, premiado em 2003 como melhor ator no 10º Festival Internacional de Cinema de Valdivia, no Chile, pelo filme Madame Satã, foi escolhido para dar nome ao projeto por seu exemplo de ator jovem, negro, pobre que conseguiu, através de seu talento, chegar ao sucesso profissional. Participante do Grupo de Teatro Olodum, Lázaro é também defensor dos direitos humanos e militante do movimento negro.

A FUNDESOL integra a Rede Brasileira e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, bem como a Rede DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, criando relacionamentos que favorecem o intercâmbio de tecnologias e a construção de um modelo de economia nacional baseado nos valores da ética, da solidariedade e da equidade social. O desafio maior da FUNDESOL encontra-se ainda na sua sustentabilidade institucional, especialmente na cobertura de seus custos em educação e monitoramento dos pequenos negócios. No caso dos pequenos negócios financiados, o aumento de competitividade, de qualidade, de otimização do gerenciamento e a inovação tecnológica, ainda representam desafios a serem equacionados. Desta forma, o projeto de empreendedorismo social desenvolvido em parceria com o CDVHS objetiva dar um passo significativo para a superação destes desafios internos e externos.

A FUNDESOL mantém sua carteira de crédito para financiar seus produtos e serviços através de uma modalidade de captação de recursos intitulada “Título de Crédito, Confiança e Solidariedade”. Trata-se de um empréstimo concedido por cidadãos brasileiros e italianos a FUNDESOL. Porém, não existe dinheiro para financiar os custos operacionais (salários, despesas de infra-estrutura, etc.). A auto-sustentabilidade da FUNDESOL somente será possível quando houver uma escala significativa de empréstimos financeiros a usuários finais, o que se projeta para o ano de 2005, quando estarão consolidados o MICROSOL, o CREDSOL e o EDUSOL, dentre outros produtos e serviços que serão desenhados a partir do projeto trienal 2003-2005.

### **Considerações Finais**

A construção de um mundo novo, onde cada um pode colaborar com o bem-viver de todos, através de práticas sociais e econômicas solidárias, representa a afirmação da liberdade humana e do entendimento do valor do trabalho como fonte geradora de toda riqueza material e cultural da sociedade. As ações de empreendedorismo social desenvolvidas pela FUNDESOL coadunam com uma nova lógica das políticas públicas voltadas para a geração

de ocupação e renda: a formação de redes de colaboração solidária. O objetivo maior das redes de colaboração é possibilitar que os participantes, que são pessoas excluídas das condições dignas de vida ou que não mais desejam estar submetidos à lógica do capital para assegurar o seu bem-viver, possam desenvolver atividades em redes de colaboração solidária, visando não apenas a geração de trabalho e com distribuição de renda em empreendimentos auto-sustentáveis, mas o desabrochar de suas diversas dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais) no exercício de sua cidadania ativa, ampliando-se o campo de possibilidades de realização de sua liberdade, pelo incremento das condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas, que lhes são requeridas.

A cultura empreendedora sob a égide do desenvolvimento social e da economia solidária contribui para a potencialização de vocações locais e aporte de capital intelectual, propiciando o empoderamento de indivíduos e grupos. Os sistemas atuais de incentivos creditícios e de assessoria técnica a negócios informais individuais ou associativos ofertados pelo poder público ou agências privadas são excludentes e restritivos. Criar canais alternativos de interlocução com setores da população em situação de risco social e/ou pessoal faz-se necessário emergencialmente. Iniciativas como a da FUNDESOL, comprovam que é possível através de projetos sérios gerar efetividade social na área do trabalho e renda. O empreendedorismo social é um novo paradigma na formulação de uma nova ordem sócio-econômica influenciada pelo espírito de cooperação entre as pessoas.

Um outro aspecto a ser analisado, é a intervenção da FUNDESOL num socioterritório delimitado, facilitando uma ação social desenvolvimentista, a partir de variáveis endógenas do local. A articulação e a circulação da riqueza de uma forma distributiva requerem dos atores de um local, a predisposição para cooperar e aliar esforços econômicos. Na verdade, a FUNDESOL está sendo um agente indutor da formação de clusters sociais. A interrelação entre empreendedores, consumidores, agentes financeiros e associações comunitárias de um mesmo território sinaliza a potencialização do capital social e da cooperação cívica.

A tecnologia social implementada pela FUNDESOL contempla a abordagem substantiva do empreendedorismo quando apreende variável inclusiva da economia solidária. A FUNDESOL pode ser qualificada como um sistema integrado de produção, comercialização, consumo e dignidade humana, fortalecendo o associativismo e o empoderamento da comunidade. O cartão de crédito solidário fortalece o comércio local e possibilita a quem está excluído socialmente de ter direito ao consumo. As linhas de financiamento solidário não seguem a lógica de exploração do sistema financeiro convencional que cobra taxas de juros exorbitantes. A consultoria na elaboração do plano de negócio e na gestão do empreendimento financiado, além do programa de educação solidária (edusol) oferecida aos empreendedores informais da comunidade são ações inclusivas e de extrema importância para a efetividade do projeto de fomento à rede local de negócios atendidos pela FUNDESOL.

A experiência da economia solidária na região do Grande Bom Jardim sinaliza que é possível viabilizar caminhos e oportunidades de trabalho para a população de baixa renda em nosso país. A construção de um futuro comum desejável a partir de um sonho coletivo tem organicidade através da articulação de redes intralocais de desenvolvimento comunitário e da formação de espaços orgânicos de parceria entre Estado e sociedade objetivando a efetivação de processos democrático-participativos. A perspectiva do empreendedorismo social, uma tipologia específica da ambiência do terceiro setor, é coletiva, pois produz bens e serviços para a comunidade, tendo foco na busca de soluções para os problemas sociais e, sua medida de desempenho é o impacto social que visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las. O estado de passividade cede lugar a um desejo de transformação e em seu bojo renasce a esperança, a crença num futuro melhor e na construção coletiva de um destino comum favorável a todos. A superação das desigualdades sociais dar-se-á através do processo

de transformar a realidade social de maneira paradigmática. Emerge um novo arcabouço institucional: no combate à pobreza e à miséria, bem como à degradação humana e ambiental, cidadãos tornam-se empreendedores e comunidades assumem a forma de redes de cooperação e de solidariedade.

- Referências Bibliográficas
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARRUDA, Marcos. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social*. . In: BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRUYNE, Paul de et alii. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix/Amaná/Key, 1997,
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEGEN, R., *O Empreendedor – fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DE PAULA, Juarez. *Desenvolvimento e gestão compartilhada*. In: SILVEIRA Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. *Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.
- FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: MILLENNIM, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1993.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001.
- MANCE, Euclides André (organizador). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.
- MELO NETO, Francisco de Paulo & FROES, César. *Empreendedorismo Social*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.
- RAZETO, L. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Excluído: ¶

SANTOS, Boaventura (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PUTNAN, Robert. *Comunidade e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Excluído: ¶